

PLURIATIVIDADE: ESTRATÉGIAS, ALTERNATIVAS OU FIM DA AGRICULTURA FAMILIAR?

João Carlos Tedesco *

Resumo

O presente texto busca refletir em torno de algumas questões que perpassam o tema da pluriatividade, inserindo-as em torno da reestruturação dos processos de produção e de trabalho da sociedade englobante, bem como da racionalidade interna de organização da unidade familiar de produção. Buscamos mostrar que, pela via da pluriatividade, redefine-se a dinâmica do espaço rural/agrícola, esse passa a ter um vínculo com processos industriais que buscam maximizar fatores econômicos, políticos e sociais.

Palavras-chave: pluriatividade, estratégias, alternativas, agricultura familiar.

Abstract

The present text looks for to contemplate around some subjects that overcome the theme of plural-activity, inserting them around the restructuring of the processes of production and of works of the whole society, as well as of the internal rationality of organization of the family unit of production. We intend to show that, for the road of the plural-activity, define again dynamic of agricultural space, that starts to have an entail with industrial processes that look for maximize economics, politians and socials factors.

Keywords: plural-activity, strategics, alternatives, familiar agriculture.

INFORMAÇÕES INICIAIS

Buscaremos delinear algumas questões que perpassam a noção de *pluriatividade* no conjunto das reestruturações produtivas e de trabalho no meio rural. Aqui elas têm a função de localizar algumas abordagens que as contemplam, bem como contextualizar o processo socioeconômico que as

* Professor da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UPF.

insere. Essas indagações são parte integrante, de um relatório de pesquisa que aborda questões ligadas às práticas pluriativas de agricultores de tempo parcial localizados na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na microrregião do Alto Taquari, tendo algumas comunidades do espaço rural dos municípios de Casca, Parai, Serafina Corrêa, Nova Prata e Guaporé como locais mais significativos; espaço esse¹ ocupado por descendentes de imigrantes italianos das ditas Colônias Velhas, no início deste século.

A questão da pluriatividade no meio rural desses municípios é muito intensa e recente; é fruto de um processo de reestruturação empresarial de matrizes industriais localizadas no Vale dos Sinos (Novo Hamburgo, Dois Irmãos, etc...) e de empresas da região (Dall' Ponte, Kalita...) que, há alguns anos, atuam no espaço urbano. O difusãoamento e a adoção de relações flexíveis de trabalho (informalidade, terceirização, subcontratação por peças ao domicílio...), na forma de ateliês e de outros processos, estão remodelando inúmeras relações que envolvem trabalho, terra, família, ganhos monetários, reprodução da força de trabalho, acumulação de capital, exploração e precariedade de formas de trabalho, reprodução do patrimônio, da noção de rural e urbano, etc.

O meio rural da referida região, com a crise da cultura da soja no final da década de 1970, com a entrada maciça das agroindústrias de vários ramos, com a queda linear da renda agrícola, com a difícil sobrevivência do pequeno produtor, com as redefinições internas do núcleo familiar, somadas às do processo de produção industrial, fazem desse espaço, assim como de outros, um *locus* fértil de acomodação de fatores para investidas de setores da indústria urbana, o que mostra que não há só um vetor explicativo; há, sim, um complexo-relacional que envolve fatores externos e internos, espaços e demandas, talvez diferenciadas em termos de intencionalidades finais, porém que se agrupam e se sedimentam localmente.

¹ Foram escolhidos espaços rurais da região da Encosta Superior do Nordeste do RS por serem de economia essencialmente agrícola, de significativa presença da agricultura familiar, por apresentarem fortes traços de uma *cultura de pertencimento*, ou seja, por buscarem formas socioculturais e econômicas de preservação cultural, expressas em manifestações de cunho social-comunitário, no universo familiar através do dialeto vênето, na organização interna do trabalho, na maneira de como os elementos da organização moderna de produzir e consumir penetram e são incorporados no seu universo interno, ao mesmo tempo por estarem vinculados às formas de produção modernas agroindústrias, bem como por organizarem formas econômicas das agroindústrias caseiras. A presença marcante e exteriorizada de universos culturais-tradicionais e sua aglutinação aos processos modernos de produção foram também os elementos indutores da decisão. Porém, o que amarrou esse *locus* ao nosso espaço de pesquisa é o novo dinamismo dos trabalhos extra-agrícolas, no espaço rural e urbano, junto a empresas do ramo calçadista que se apresentam como fato social e econômico amplo na região. Acompanhamos, na forma assistemática e com questionários previamente estruturados, 36 agricultores pluriativos em atividades urbanas e rurais ligados ao ramo específico da indústria de calçados.

A qualidade da mão-de-obra pouco exigente, a facilidade de adaptação ao processo de trabalho, a remuneração baixa não exclusiva, correspondências sazonais e flexibilidade de horários, o emprego quase total de mulheres, auxiliadas por jovens e crianças², simplificação do conjunto de operações administrativas e do processo global de produção etc., transformam, formam e formulam noções, espaços e dinâmicas redefinidas no espaço do produtor familiar, privilegiando relações com empresas industriais. São processos novos e extremamente complexos em termos teóricos e relacionais que precisam ser vistos.

Os ateliês de calçados são uma sistemática mais completa desses elementos todos. É por via destes que a interiorização das fábricas se funda na subcontratação e informalização das relações de trabalho na região. Os ateliês estruturam e ligam-se por firmas que organizam e dependem de subcontratadas (colaboradores), ao mesmo tempo em que conservam certa autonomia gerencial; os mesmos manifestam uma espécie de especialização flexível que envolve laços familiares, desaglomerações, desverticalização, ruptura com economias de escala, dinamizam uma intensa atomização da produção e multifuncionalizam os agricultores.

Segundo informações preliminares das empresas na região, em torno de 80% dos agricultores estão envolvidos, de uma forma ou de outra, alguns mais, outros menos, com essa prática (em torno de 2.070 famílias, mais de 3 mil pessoas), apenas ao redor de 3% possuem carteira assinada, alguns trabalham em forma de parceria em termos de infra-estrutura, aparelhagem e aprendizagem.

A partir disso, de uma forma mais intensa, a economia regional, gaúcha e nacional, a modernização da agricultura, as tecnologias de informação, o acesso aos mercados regionais, as mobilidades espaciais, dentre outras, inserem-se numa reprodução econômica e social com a agricultura.

Há uma heterogeneidade de tempos e práticas nesse ramo informal e pluriativo, porém reagrupados em redes, em ramos ou em quadros de articulação entre atividades, o que representa, no limite, uma estratégia de vinculação profunda da agricultura aos processos econômicos em geral, o que demonstra uma associação entre agricultura de tempo parcial e/ou pluriatividade e

² Segundo o jornal *Correio do Povo* (29/09/97, p.08) o Rio Grande do Sul é um dos estados líderes na utilização de mão-de-obra infantil e adolescente no país. Segundo o *Censo* do IBGE, em 1993, cerca de 600 mil menores trabalhavam no Estado. São 523.703 menores de 10 a 17 anos inseridos no mercado de trabalho, o que representa a espantosa taxa de atividade de 36,20% e um total de 10% da força de trabalho. O *Censo* também mostrou que 25% das crianças gaúchas de 10 a 14 anos participam da população economicamente ativa, 61.900 crianças na faixa de 5 a 9 anos já trabalham em atividades variadas tanto no rural quanto principalmente no urbano. A exploração do basalto e os ateliês no meio rural da região são espaços férteis de trabalho de menores.

dispersão industrial urbana-rural, diversifica formas de organização, da vida e do trabalho na agricultura, multiplicando as estratégias complementares de reprodução dos agricultores e, paradoxalmente, *como* agricultores..

Porém, essa *nova identidade* não descarrilha da trajetória histórica da busca de estratégias de produção e de reprodução de indivíduos e famílias no meio rural e do agricultor familiar, bem como das empresas no sentido de ampliar a acumulação capitalista, sob relações informais e terceirizadas.

Alguns teóricos vêem essa nova relação como expressão do atraso e da precariedade técnica e econômica. Acreditamos, sim, que o viés da estratégia de reprodução econômica e social, esteja em que estágio de desenvolvimento estiver, é um *veio heurístico* que nos possibilita ver os processos que aí e daí (de)correm. Ambos, agricultores, empresários e *atravessadores*, lançam mão de formas estratégicas, de acordo com os recursos, pressões e conchavos, interesses possíveis para garantir sobrevivência e reprodução, ganhos e acúmulo de capital, evitar perdas e migrar, flexibilizar a produção e manter a policultura, etc.; juntos personificam as formas do capitalismo se expressar. Tradicional/moderno, rural e urbano, subsistência/mercantilização, não são dicotomias puras e simples; são processos (re)alimentados dinamicamente pela singularidade de *seu ser em si*; no entanto, um se tematiza a partir do outro e com o outro.

Passa-se agora a conviver não mais com o trabalho informal mas com a *economia informal*³. Esse processo intenso de informalização, nos últimos anos, influencia as formas de vida do conjunto de trabalhadores e altera o *estatuto social* dos membros envolvidos nessas atividades no meio rural.

A mulher é que mais trabalha nesse ofício, ela governa a casa junto com

³ A dificuldade de delimitar precisamente as atividades formais e informais impedem sua visibilidade. Bruschini (1993) diz, por exemplo, que o trabalho subcontratado é uma atividade autônoma ou por conta própria, estão aí os artesãos, ambulantes, os trabalhadores do setor de consertos, etc. Parece que há um consenso de que o movimento informal é fruto de uma dinâmica econômica realizada pelo formal, estando subordinado às formas de organização da produção em geral. Há inúmeras características do chamado *setor informal*, dentre elas está a baixa intensidade de capital, a heterogeneidade dos processos produtivos, os tamanhos reduzidos das unidades de produção, facilidade de acesso ao *métier*, origens locais, utilização de mão-de-obra, qualificações adquiridas pela aprendizagem, baixa produtividade e minimização dos custos de produção, fraca monetização das atividades, sistema de comercialização adaptado à demanda, acesso ao trabalho feito por relações sociais no seio de quadros de parentes e amigos, idéia de pequena produção, etc. Expressa também uma multiplicidade de situações de pequenas atividades integradas, complementares ou subordinadas às atividades capitalistas urbanas, relações íntimas entre taxa de desemprego, de subemprego e a taxa de crescimento do setor informal, instabilidade, desqualificação dos trabalhadores, relações residuais e/ou conjunturais, dentre outras. Não obstante a isso tudo, o setor informal não deixa de ser uma resposta aos problemas de subsistência da população, da falta de alternativas econômicas. As discussões e os analistas dessas questões são inúmeros.

uma atividade geradora de renda e como produtora direta. A produção de valores de uso, ligados à reprodução da família se complexificam com o trabalho remunerado vinculado aos ramos industriais no rural/urbano.

O meio rural da região passou a ser sensível a toda essa dinâmica. É a partir daí que inúmeras questões poderiam ser feitas: o que significa ser meio-agricultor familiar e meio-operário? São camponeses ou são operários? Para o caso específico da região, que elementos de redefinição empresarial e da agricultura familiar se processam a partir da pluriatividade? Que estratégias empresariais e familiares são adotadas? A família passa a ser, a partir daí, uma verdadeira variável econômica ou é ainda considerada uma irracionalidade no processo de produção capitalista? Em termos de relações familiares, a representação social que sempre legitimou o homem-marido é sua atribuição de provedor econômico; na medida em que a mulher-esposa é remunerada industrialmente, que relações e modificações internas, sociais e hierárquicas surgem? Por que as empresas de determinados ramos industriais têm no rural um *locus* fértil de maximização de fatores econômicos? Frente a esse contexto de redefinição de relações e de especialidades, como fica o rural e o camponês?

Questões e mais questões! São todas expressivas de uma complexidade relacional presente no universo socioeconômico do meio rural da região.

Nosso objetivo aqui é apenas lançar algumas idéias sobre a problemática da pluriatividade com a intenção de socializar algumas das preocupações e idéias que o tema apresenta tendo em vista que é um viés novo de discussão, é uma questão bastante dinâmica no espaço rural acima referido e, acima de tudo, é um grande indicativo das novas atribuições urbano-industriais por que passa o meio rural/agrícola.

Apenas pincelaremos alguns aspectos específicos da pesquisa de campo tendo em vista o espaço delimitado e também pelo fato da pesquisa no seu todo estar sendo apreciada para fins de publicação. Nossa preocupação aqui é transitar por algumas abordagens e perceber que problemas e processos são descritos e analisados.

Guiaremos nossa escrita por questões amplas no âmbito da teoria e do valor heurístico da noção de *pluriatividade*, dos processos macrossociais e econômicos a ela referida, das relações que se processam e do campo analítico que se constitui, bem como das preocupações que norteiam o objeto de análise em questão envolvendo especificamente o agricultor familiar.

1 A POLÊMICA EM TORNO DA NOÇÃO DE PLURIATIVIDADE: É POSSÍVEL UMA NOÇÃO GENÉRICA, HEURISTICAMENTE, DAR CONTA DAS ESPECIFICIDADES?

A questão da *pluriatividade* (*pluriactivité*)⁴ teve sua polêmica cristalizada no final dos anos 70 e no decorrer da década de 1980 a partir de um material publicado pela Associação dos Ruralistas Franceses (ARF), o qual buscava tematizar as novas formas de inserção econômica dos trabalhadores rurais (*les paysans*). O texto discutia as questões das chamadas *atividades complementares*. O referido texto buscava contemplar os profundos processos de alteração da agricultura francesa e da Europa Ocidental, principalmente a partir da PAC (Política Agrícola Comum), discutia também a especialização profissional do agricultor-operário (seus problemas sociais e jurídicos), as remunerações e os parâmetros que as contemplam; questionava sobre se o agricultor pluriativo tornou-se ou não um obstáculo à modernização produtiva ou é fruto dela, a questão em torno do fato de se a renda externa supria os interesses do produtor em termos de renda agrícola (relação diferencial entre modalidades *ouvriers-paysants*), dentre inúmeras outras problemáticas (Carneiro, s/d). Comumente é utilizada a noção de pluriatividade em vez de *farming part-time* em razão da própria especificidade da agricultura, ou seja, da dedicação do agricultor a outras atividades que envolvem a família no seu todo. A pluriatividade manifesta melhor as formas de organização e as múltiplas estratégias complementares de reprodução dos agricultores na agricultura ou não.

Em síntese, pluriatividade, em linhas gerais, é um modelo de organização do trabalho agrícola que combina atividades extra-agrícolas; está em contraposição

⁴ *Pluriatividade*, como já dissemos, é expressão de inúmeras formas de trabalho, sobretudo combinações entre trabalhos agrícolas com outros do ramo industrial fora ou dentro da propriedade. O contato com a agricultura e a expressão da *identidade de colono* obedecem a uma outra norma, uma outra fonte de renda, o que implica mobilidade, desempenho de outras tarefas que não as agrícolas, combinações de desenho familiar com a dinâmica espaço-temporal e funcional da lógica econômica e produtiva industrial; implica em (dis)posições de fatores internos (força de trabalho, contabilidade em termos de produtividade, alteração de práticas e paridades com outras categorias sociais e espaciais de trabalho), etc. Esse formato recente que assume a unidade familiar recebe a caracterização de agricultura de tempo parcial (*Part-time farming*) (ver em *Schneider*, 1994, reflexões sobre a conceituação desses processos).

É bom que se diga que a noção de *pluriatividade* é muito controversa. Há dicotomias e diferenciações entre *full-time* e *part-time*, noções aplicadas em alguns contextos e países, e que nem sempre podem ser incorporadas em todos os lugares. Há discussões sobre vantagens e desvantagens dessas noções, sobre a dimensão econômica e política que as mesmas abarcam, seus graus de transitoriedade e sua expressão modernizadora (ver *Carneiro*, s/d; *Schneider*, 1994; *Anjos*, 1996; dentre outros).

ao *full-time* e/ou *monoativicté*⁵, no entanto, liga-se ao horizonte da tendência da agricultura americana para o *farming part-time* ou para o *multiple job holding*. Porém, a noção é muito mais complexa e envolve uma problemática teórica e empírica de difícil demarcação teórica.

Primeiramente a noção tinha sido utilizada para contemplar agricultores com baixa escala de produção, peri-urbanos, ou então distantes dos centros de intercâmbio mercantis que utilizavam do recurso do trabalho extra-agrícola para ampliar a renda familiar (*Schneider*, 1994). No entanto, a partir da década de 1980, os pesquisadores observaram que há também agricultores capitalizados que buscam rendimentos externos à agricultura ligados ao espaço e ao estilo de vida urbano, envolvendo práticas artesanais, de turismo, de trabalho de fábrica, de administração de empresas, dentre outras, fazendo parte da redefinição de imaginários sociais dos agricultores em razão dos estilos de trabalho (duro/leve, sombra, no sol...), do tempo, do caráter de ganho sistemático e complementar na forma de salário.

Não há dúvida de que a pluriatividade manifesta certa segurança econômica; o medo de se desfazer da terra e perder o emprego, para o caso que analisamos, faz com que muitos agricultores permaneçam com a terra mesmo sendo pluriativos. Não só o risco de perder o emprego, mas o fato de ganhar pouco com atividades pluriativas faz com que o agricultor não abandone o agrícola e o rural. A família reestrutura-se às inúmeras situações de mudança, insere-se numa esfera de economia popular e de solidariedade através de micro-empresas de caráter familiar, sob o manto da informalidade; organiza-se em termos de iniciativas que dão lugar a organizações no campo da produção, comércio e serviços que compartilham referenciais de solidariedade interna e cooperação vicinal e comunitária.

IMPLICAÇÕES E QUESTIONAMENTOS

a) Uma das primeiras críticas advém de sindicatos e organizações profissionais que viram o *métier* de agricultor e sua racionalidade empresarial se diluindo e confundindo-se com a organização urbano-industrial (a ambivalência rural/agrícola, *ouvrier-paysan*) (*Carneiro*, s/d). Essa visão técnico-política

⁵ É bom que se informe que os analistas franceses utilizam essa noção de pluriatividade para compreender as dinâmicas atuais do agro-europeu, indo além das multitarefas dos camponeses no espaço agrícola e urbano. Há uma discussão interessante acerca do neo-ruralismo, da ligação rural/agrícola (o pouco agrícola no rural), da relação urbano/rural (industrialização se difundindo no meio rural, questões culturais, políticas intersetoriais...).

vincula uma identidade dúbia e ambígua entre operário-camponês, bem como problematiza a questão da reprodução social no campo, também envolve a questão da liberdade, da identidade camponesa e rural, da autonomia, etc.

A Federação Nacional dos Agricultores (FNSEA), organização ultra poderosa, passou a condenar as práticas pluriativas por considerar essas intimidadoras do desenvolvimento agrícola; reivindica, a partir daí, melhores remunerações para os produtos agrícolas⁶. O debate girou também ao redor da questão das políticas públicas. Quem é que deve merecer o apoio do governo? Além de definir os *full-time* e os *part-time*, a polêmica abarcou questões ligadas ao meio rural/agrícola (vida no rural, assistência previdenciária, aposentadoria, meio ambiente, êxodo rural...), ao meio urbano (desemprego, urbanização...), a políticas públicas (carga tributária, subsídios a quem? problema de superprodução, tarifas protecionistas...).

b) A questão do modelo produtivista adotado tem ou não criado essa situação? Os índices de produtividade elevados, a retirada gradual dos incentivos públicos ao setor e a determinados produtos em particular, o congelamento de parte das terras, o excedente de força de trabalho da unidade familiar, a questão da preservação ambiental, da desconcentração das *economias de aglomeração* rumo a um difusão flexível, parcelar e multivariado das indústrias, as novas formas neo-rurais de relações de trabalho agrícola, etc., passaram a ser vinculados e tematizados na esteira da questão da pluriatividade (Carneiro, s/d).

Para alguns analistas, a pluriatividade passa a ser a solução para muitos desses problemas (superprodução, ambientalismo...), porém, para outros é causadora de outros mais e, para terceiros, é ainda uma incógnita frente ao modelo econômico e intersetorial que se desenha na Comunidade Européia.

c) Uma outra questão é referente ao problema do profissionalismo, da flexibilidade das relações de trabalho, bem como da baixa remuneração da força de trabalho, da substituição sistemática do referencial força de trabalho pelo veio mecânico, biotecnológico, agro-químico e genético, aos moldes do produtivismo americano e da agroindustrialização a ele inserido, onde o chefe da exploração exerce sozinho (agricultura individual e não familiar) o *métier d'agriculteur* (Schneider, 1994).

Os mais céticos e *futuristas* desenham um quadro de uma nova revolução agrícola aos moldes do processo técnico-econômico da esfera industrial.

No entanto, os mais *essencialistas e modelares* (adeptos ao vínculo rural/

⁶ Paralisações, passeatas, boicotes, interrupções de vias de tráfego público, etc., são algumas das constantes e quase cotidianas táticas de manifestação de agricultores reivindicando alterações no quadro econômico e agrícola, principalmente pós a PAC e a globalização dos mercados europeus.

urbano) acham que é, a partir da pluriatividade que o agricultor encontra sua verdadeira profissão: um empresário rural, alguém que racionaliza seus fatores, se profissionaliza e gerencia sua própria força de trabalho (Carneiro, s/d).

É na esteira do gerenciamento da força de trabalho que surge a questão da autonomia. Os pluriativos são o quê? A que categoria social se inserem? Qual a sua situação fiscal e social? A pluriatividade pode ser considerada um fenômeno negativo, anormal ou marginal? É uma árvore desenraizada ou é, talvez, a mais enraizada no modelo de desenvolvimento que se apresenta para o setor agrícola e para a sociedade européia?

É nesse horizonte *mais acadêmico* (Carneiro, s/d) que economistas rurais, geógrafos, historiadores, agrônomos, sociólogos se debatem. As perguntas que os norteiam são: podem os agricultores se adaptarem a contextos econômicos distintos? O rural possui ainda especificidade? Questões de ordem social, natural, cultural, biológica, de retroalimentação econômica, de história incorporada e confundida com a terra, com a família, com o trabalho (o que forma o *métier*), etc., fazem parte da discussão (Carneiro, s/d; Eizner e Harvieu, 1979; Gerbaus, 1988; Hubscher, 1988, dentre muitos outros).

Alguns autores e, dentre eles Hubscher (1988), chegam a dizer que a pluriatividade responde à diferentes finalidades de *necessidades*, de *interdependência*, de *ascensão social*, de *manutenção ou reconstituição* do patrimônio, etc.

d) Ainda na discussão acadêmica, o valor heurístico dessa noção de pluriatividade é questionada. A profunda diversidade de tarefas, de condições de reprodução social no meio rural, os níveis variados de necessidade do núcleo familiar, as divisões de tarefas e de trabalho entre gêneros, a questão da produção individual da renda e do caráter de unidade econômica doméstica (Lacombe, 1984) coloca a noção sob suspeita. As multifunções são tão evidentes que a noção genérica não dá conta das especificidades que se multiplicam.

Lamarche (1984) chega a falar em uma *categoria social nova e moderna* que surge, dando aos pluriativos um *status social* a partir do lugar que ocupam nas relações de produção, pelo fato de não serem meros agentes de resposta à crise atual da agricultura, por serem portadores de um sistema de valores próprios que não se adaptam nem ao urbano, nem ao rural, redirecionando as lógicas de reprodução social; em síntese, sendo uma concepção alternativa de trabalho e de modo de vida.

É aí que a coisa fica mais complexa, pois dessa corrente da autonomia desse estrato social, advoga-se uma visão de produtor/empresário rural moderno, porém valorizando a vida local, vinculado a um sistema de redes de interdependência de relações pessoais (agricultor e os seus clientes no caso do artesanato e outros), questionando o cooperativismo agrícola, as organizações coletivas

(Gerbaux, 1988), desenvolvendo capacidades para diversificar atividades agrícolas e rurais; enfim, em contraposição ao encaixe do agricultor ao modelo produtivista e à política de modernização, o pluriativo cria *estratégias empresariais* (Pernet, 1982), objetiva viabilizar sua permanência no campo, porém, com vínculos de racionalidade empresarial. Discute-se hoje principalmente na França e na Itália acerca da ligação entre pluriatividade e protoindustrialização. Essa ligação se caracterizaria pela presença da localização rural da indústria com a participação de pequenas propriedades parcelares e assalariados agrícolas, produção de uso local e regional, especialização da produção sustentada sobre um sistema regional que une seus subsistemas locais às zonas agrícolas (Bagnasco, 1997).

Enfim, situações, relações e casos específicos guardam questionamentos próprios, o que nos faz relativizar também noções genéricas em contextos variados.

2 A QUE CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E AGRÍCOLA A PLURIATIVIDADE SE APRESENTA?

É consenso já, há algumas décadas, de que a agricultura não é mais um setor dicotomizado, estanque, nem muito menos desvinculado do processo econômico em geral e das dinâmicas em movimento. Ela não apenas absorve essas dinâmicas como também as induz. É nesse horizonte de relações que precisamos ver essa *nova dinâmica*⁷ da pluriatividade como parte integrante de um conjunto de transformações sócio-econômicas por que passa a sociedade, sem deixar de lado o vivido do agricultor familiar. Esse vivido compreende projetos individuais correspondentes ou não à representações sociais, ao peso histórico do camponês, ao esforço do mesmo para manter e reproduzir o

⁷ Assumimos como *nova dinâmica*, mesmo tendo presente que estamos pisando num terreno polêmico, pois alguns defendem que esse *novo* nada mais é do que uma retomada de processos já existentes, apenas readaptados a situações de ordem conjuntural. Não somos adeptos dessa visão. Sabemos, sim, que multiatividades sempre se fizeram presentes no meio rural ligadas ao artesanato, à manufatura, às agroindústrias, devido a fatores econômicos, de sazonalidade e produção, de alocação de força de trabalho, etc. No entanto, esse processo, hoje, ganha contornos de individualização no seio familiar, de trajetórias individuais, da lógica da modernização técnico-econômica e burocrática; o agricultor transforma-se também em operário. Mudanças de ordem cultural, de autonomia individual em termos de residência, tarefas e renda se fazem presentes. Isso dá uma conotação de redefinição, se não de todos, mas de alguns processos que são significativos; o que também não significa dizer que os valores camponeses, da família, da terra, e do trabalho em conjunto, tenham desaparecido por completo. É importante que vejamos essa nova dinâmica como um processo dialético.

patrimônio familiar, a capacidade de gerar em conjunto o capital econômico, social e cultural em correspondência aos desejo de reprodução da unidade.

Se localizarmos o caso europeu, onde o debate sobre a pluriatividade se faz presente há duas décadas, veremos que as políticas keynesianas, para o meio rural, até a metade da década de 1980, a criação da Comunidade Econômica Européia, a PAC para o caso específico da agricultura, as mudanças nos padrões de acumulação (do *neo-fordismo* para a *acumulação flexível* - ver Harvey, 1993; Aglieta, 1979), as novas tecnologias para o setor industrial, a especialização, descentralização, informalização, novas formas de gestão do trabalho, a instabilidade do mercado de trabalho, o esgotamento do padrão fordista de acumulação, a desaceleração meio que geral dos ganhos de produtividade (Lipietz, 1988), as crises entre padrões de produção e de consumo e, sem dúvida, de rentabilidade e de ofertas de empregos disponíveis, etc., formam o contexto dessa nova dinâmica dos processos econômicos em geral (Schneider, 1994)⁸.

Não há dúvidas de que as *políticas estruturais* (Chapius, 1986) que objetivavam a modernização técnica do agricultor familiar europeu, a racionalidade econômica e a formação técnica para o meio rural, acabou por concentrar a oferta, transformando-se, aos poucos, numa armadilha. A produtividade cresceu, os custos sociais na forma de subsídios à renda dos agricultores também; a produção aumentou, porém, o consumo não, em termos proporcionais à oferta; os estoques pressionaram muito os ganhos dos produtores, a crise de superprodução se fez presente (Schneider, 1994).

Nos últimos dez anos, as condições de desenvolvimento se alteraram: medidas de restrições ao crédito, internacionalização de mercados, modificação no jogo da concorrência, dependência em relação ao Estado, enfim, uma espécie de *revolução silenciosa* (Sebillotte, 1996) encravada em contradições amplas de ordem histórico-cultural e econômica.

Em períodos mais recentes, com a (re)estruturação da PAC sob o modelo declaradamente neoliberal, a agricultura da Europa ocidental e francesa especificamente (onde a pluriatividade se desenha com mais força) redefine-se, mantendo o modelo produtivista, porém *flexibilizado*, oscilando, paradoxalmente, entre a estandarização e a diversificação. Fala-se muito que a agricultura deverá ser pluri e multifuncional, imaginativa; as evoluções tecnológicas recentes em direção às biotecnologias, às tecnologias de informação, às novas

⁸ Não vamos adentrar muito nessas discussões detalhadas para o momento. O importante para o nosso objetivo de agora é localizar uma dinâmica em andamento que causa redefinições/rupturas nos padrões de acumulação, de rigidez, de burocratização, etc., adentrando para noções de flexibilização, descentralização, difusão, diversificação, segmentação, desterritorialização, globalização, etc., etc., (para consulta ver Etzezarreta, 1987; Lipietz, 1988, dentre outros).

diretrizes da demanda (novos hábitos alimentares), à qualidade e não somente à quantidade, à gestão do espaço e do território, às tecnologias socialmente aceitas, às regulamentações internacionais expressam o amplo quadro econômico em que as discussões se apresentam.

As formas de produção não obedecem mais ao projeto de exploração familiar modernizada; os pluriativos e os biprofissionais se generalizam; os agricultores se integram a setores que se ajustam a suas necessidades⁹. Esses elementos, no seu conjunto, dão idéia de uma redefinição em curso do paradigma produtivista, o que demonstra o quanto o setor é um espaço imbricado nas grandes transformações (evolução, involuções, com suas contradições inerentes) que perpassam a sociedade em geral (Delord e Lacombe, 1996).

O LIBERALISMO ORIENTANDO O SETOR AGRÍCOLA DA EUROPA OCIDENTAL

Inseridas nesse quadro, principalmente no pós-final da década de 1980 e intensificadas pós 1992, novas diretrizes estão se delineando dentro de um quadro de grandes pressões e conflitos, tendo em vista as situações nacionais onde, em grande parte, os rendimentos agrícolas estão em baixa (financiamentos reduzidos), a população rural está também reduzida e os sistemas de trocas multilaterais se apresentam de forma profundamente desigual.

Nessa conjuntura, as principais disposições que podemos aqui elencar prevêm reduções significativas nos preços subvencionados, com controle rígido sobre o produto ofertado, medidas agroambientais, redução dos preços dos produtos agrícolas, uso racional dos fatores de produção, etc. A questão da economia informal no setor, dos efeitos nefastos do uso desmedido e irracional da tecnologia (lembramos da "vaca louca"), do jogo do comércio competitivo internacional, da questão da seguridade alimentar, da pobreza rural e urbana, da multiplicação dos atores coletivos, dos grupos de interesses setoriais, de comunidades, de blocos, de grandes empresas, etc., estão presentes na discussão da atual conjuntura econômica da agricultura.

Não podemos esquecer as novas dinâmicas do setor industrial com a globalização e a neoliberalização que a sustentam, da passagem de um processo

⁹ Grande parte dos produtores familiares, fruto da onda modernizante das décadas de 1960 e 1970, tomam hoje sua aposentadoria, deixando lugar a outros que não têm as mesmas ambições. Para muitos atuais agricultores, as interrogações sobre seu papel, a aposentadoria como experiência cotidiana, o fato de serem um custo para a coletividade, etc. são motivos de ansiedade, incompreensão, por vezes, de desespero (Delord e Lacombe, 1996).

que tende a ser mais horizontal que vertical, agrupamentos de empresas, relações interindustriais que repousam sobre a difusão de técnicas genéricas para setores diferentes, rupturas com economias de escalas, novos métodos de gestão, de produção (Sebillotte, 1996).

A tendência à globalização e à horizontalização não transfere segurança e muito menos ameniza as incertezas no meio rural.

As pressões e dificuldades se dão, ao mesmo tempo, sob a ordem econômica e demográfica. O equilíbrio entre a oferta e a demanda, o mercado como principal instância reguladora da economia, a evolução das relações internacionais, o surgimento de unidades de Exploração Agrícola com Responsabilidade Limitada (EARL), novos direitos (como o direito a produzir e/ou obrigações de não produzir) e gestões coletivas dos solos são manifestações de pressões, dificuldades e alternativas evidenciadas.

Outras estratégias da PAC se fundamentam basicamente na tentativa da redução do preço mínimo, objetivando atingir o nível mínimo do preço mundial. Ora, sabe-se que nem todos os produtores têm as mesmas condições, nem todos os países membros conseguem maximizar os fatores de produção; os níveis de produtividade são imensamente diferenciados entre produtos, produtores e regiões. Logo, o preço baixo incita à produção menor. Fazem-se presentes as chamadas *ajudas compensatórias* com o intuito de cobrir as perdas com as reduções dos preços, entretanto essas não serão eternas e, além do mais, são específicas a determinados produtos (Sebillotte, 1996).

Esse processo seria acompanhado de um intenso melhoramento das técnicas agrícolas, resultando uma tendência ao crescimento da produtividade das terras e da mão-de-obra agrícola. Além da redução do preço, o que se quer é que as mudanças no sistema possam permitir que o mesmo evolua em função das condições do mercado, de preferência em níveis baixíssimos, como os dos países onde o valor da força de trabalho é baixo e as condições naturais são favoráveis a determinados produtos (Tedesco, 1993).

No fundo, essa supressão do direito a cultivar visa selecionar os agricultores mais bem aparelhados e encorajar muitos deles a não mais manterem a atividade, pois, além da indenização ser insuficiente, é proporcional à importância da exploração econômica da unidade produtiva (Rattin, 1996).

Portanto, as transformações na estrutura agrária e nos processos de produção que envolve os produtos agrícolas, precisam ser analisadas considerando as mudanças globais da economia capitalista. As políticas agrícolas estão em correlação (subordinada muitas vezes) com políticas macro-estruturais, mostrando que há uma íntima correlação dos setores econômicos (Schneider, 1994). Porém, é bom que não esqueçamos que essa discussão toda da pluriatividade

na Europa Ocidental funda-se numa industrialização que já começou bem mais difusa do que as economias de aglomeração do caso brasileiro.

É nesse contexto todo que ressurgem as chamadas *economias regionais* (Coulert, 1993), integrando o local nos esquemas globais de acumulação capitalista, flexibilizando relações e processos de trabalho industriais, buscando novos espaços de rebaixamento do custo-trabalho, de debilidade organizativa e sindical, de não rigidez de formas e processos de trabalho, etc.

O PARADIGMA FLEXÍVEL

A partir da metade dos anos 70, o modo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise. A contratualização rígida do fordismo é confrontada com as contradições capitalistas e com a mobilidade geral da totalidade dos fatores de produção. A flexibilização passa a contemplar de forma dominante o mercado de trabalho, o tempo e a organização do trabalho, a produção e as tecnologias produtivas, o contrato de trabalho, a estrutura dos empregos e das qualificações, as representações mentais, etc. As diversas estratégias de flexibilidade tomam o apoio sobre as novas tecnologias de automação com o intuito de intensificar a mobilidade da mão-de-obra e dos fluxos produtivos (Vakaloulis, 1993).

Essa dinâmica dos ramos empresariais de caráter terceirizado, de prestação de serviços ao processo de produção industrial é fruto de uma evidente prática de deslocamento/interiorização e descentralização de matrizes e filiais industriais de vários ramos com o objetivo de racionalizar e maximizar fatores econômicos e criar vantagens comparativas (Schneider, 1994).

Com a crise do *sistema fordista* de produção e o surgimento de um *paradigma flexível* demandando novas *formas institucionais* (Lipietz, 1988) aos problemas estruturais de rentabilidade, as forças, os sistemas de produção, a concepção de trabalho e papel do trabalhador, espaço e o tempo econômico, ganham uma dinamicidade e complexidade diferentes (Schneider, 1994).

O paradigma econômico/empresarial da acumulação flexível "se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve mudanças rápidas e desiguais dos padrões de desenvolvimento tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado setor serviços, bem como conjuntos

industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas" (Harvey, 1993: 140).

Inserida na ótica da globalização e nos padrões de internacionalização do capital, a flexibilização reestrutura processos de trabalho e gestão, de métodos de organização industrial, terceiriza parcelas da cadeia em geral (produção, serviços, transportes, informação...). A maximização de fatores se dá na busca do rebaixamento dos custos de mão-de-obra, na busca de favorecimentos públicos (políticas públicas, isenções, infra-estrutura...) e nos interesses dos espaços locais, pela flexibilização das formas organizacionais e coletivas de trabalho (informalidade, terceirização, tarefas parcelares, trabalho a domicílio, inexistência de aparatos político-sindicais...). A intencionalidade é deslocar-se, mobilizar capitais, interiorizar matrizes, ramos de produção em espaços eficientes em termos de promoção de acúmulo de capital. Em muitos casos, a transferência de capitais e de processos de produção mobiliza consigo fontes de abastecimentos, conhecimentos técnicos, equipamento, zonas de montagem e/ou acabamento, parcelizando a produção em espaços distantes e diferenciados (Schneider, 1994).

As formas de trabalho e de reorganização empresarial que daí surgem estão ligadas aos fenômenos de descentralização industrial. É, como diz Eizner e Hervieu (1979), o trabalho industrial implica outros modelos de relações que não sejam só ligados à autoridade e à transformação de relações hierárquicas na indústria. Há necessidade de uma coletividade submissa às mesmas leis, o que não significa que todos necessitam estar expropriados completamente.

Novas formas de gestão, novos processos de trabalho, retorno a trabalhos artesanais sem um gerenciamento *ostensivo*, produção flexível e flexibilidade dos processos, utilização de sistemas modernos de informação, mesclados às formas de convívio, sociabilidade do meio rural, entre outras, são novas estratégias que garantem, agora, talvez mais perfeitas e complexas do que antes, a reprodução das relações de desigualdade entre capital e trabalho (Schneider, 1994). As formas de rendimento por peças, a inexistência de um comportamento de classe e a existência de diferenciações sociais internas, o baixo índice de absenteísmo, o *enraizamento* do trabalhador-colono, seu meio de vida racional, facilitam a adoção de uma organização do trabalho, da introdução brutal de novos sistemas de produção e do controle objetivadores da extração de rentabilidade por parte do capital industrial e de seus interligados¹⁰.

¹⁰ Existem trabalhos acadêmicos extremamente qualificados sobre práticas pluriativas e mecanismos empresariais no meio rural envolvendo o trabalho camponês, tematizando viéses kautskianos, chayanovianos e leninistas. As análises caminham ou sobre a ótica do estágio avançado do desenvolvimento capitalista na agricultura, ou sobre o dilema rural-agrícola principalmente fruto do debate europeu recente ou então na ótica da diferenciação social e étnica dos atores do meio

As inovações de produtos e de processos, principalmente no ramo agroalimentar (novas composições, apresentações, condicionamentos, embalagens, origem controlada, rótulos, agricultura biológica...), vêm ao encontro dos procedimentos e organizações reclamados por ecologistas, geneticistas e consumidores em geral (Sebillotte, 1996).

Outras inovações caminham no sentido da diversificação de práticas culturais, que também terão uma tendência de se desenvolver em função de razões ambientais, econômicas, culturais e técnicas, de informação e de regulamentações internacionais (no âmbito da PAC).

Essas tendências, porém, vão no sentido de reforçar a convivência de um modelo estandardizado com outro também progressivo processo de produção, em direção a uma agricultura multifuncional, flexível, diversificada e criativa. Essa junção tem por objetivo produzir *simultaneamente* bens de massa padronizados a preços baixos. A dinâmica das relações padrão-diversificação-inovação parece revestir o espaço agrário em torno de discussões, projetos e políticas setoriais.

Além do mais, com a retirada do Estado do controle organizacional (econômico, pesquisa...), a agricultura da Europa Ocidental ficou mais aberta aos interesses de grandes grupos, relativamente centralizados, sem nenhum, ou com reduzido controle democrático e normativo. Esses grupos podem até estar na testa de implementações de culturas e estilos de produção inovadoras e diversificadas, porém, ignoram, negligenciam ou apagam as diferenças regionais da agricultura e os interesses locais (Delord e Lacombe, 1996).

O preço elevado das terras, a agroindustrialização de vários ramos da produção, a capitalização de espaços turísticos, a desconcentração urbana (em algumas regiões em direção temporária às *villages* - o campo como espaço-dormitório aos citadinos), a ocupação fundiária tomando espaços da ocupação produtiva, são tendências inegáveis, que revoltam grande parte de pequenos camponeses os quais não vêem outra alternativa a não ser transformarem-se em *guardiães* ou *jardineiros* da natureza, pelo veio da pluriatividade.

Esse quadro em perspectiva coloca em questão a relatividade das novas funções da agricultura; obriga a inscrevê-la num contexto mais profundo:

rural vista como estratégia de representação social da família, da etnicidade e do espaço agrícola do colono, resgatando formas artesanais e um conhecimento, um adquirido histórico que se renova em novos formatos. Os trabalhos de Seyferth (1992, 1974), de Garcia Junior (1989), de Schneider (1994), de Tavares dos Santos (1978), são referências incontestes para quem quer aprofundar a questão, o que achamos, sem dúvida, de extrema importância. É esse sistema pluriativo que melhor atesta, hoje, a importância, a sensibilidade, o reflexo, a *funcionalidade* e a determinação do meio rural inserido na reorganização global das formas de produzir e gerir o universo mercantil capitalista.

aquele de um mundo que se modifica, que reduz recursos, que se rarifica, transformando os níveis e domínios de decisões, e que, cada vez mais, a faz governada por uma instância chamada *mercado*, fundamentada nos padrões de interação neoliberais.

Enfim, algumas alternativas e tendências, concordando com Delord e Lacombe (1996), podem ser encaixadas com uma maior vinculação ao *espaço local*. A diversificação e o dinamismo ligado à economia rural local, às formas pluriativas, à existência de empregos não agrícolas próximos das explorações, a noções de qualidade, tradição, personalização, poderão se apresentar como espaços estratégicos de desenvolvimento econômico. Próxima da estratégia da economia local está a *economia do turismo rural*; esta mais recente, mais incerta e inovadora.

A ligação entre meio ambiente e produção de bens alimentares locais, mesmo carente de uma institucionalização mais geral, abre espaços para iniciativas individuais, o que evidencia a busca de soluções próprias frente a determinadas situações; obriga a dinamizar organizações coletivas, a reconsiderar relações com outras categorias sociais, etc.

Desse mesmo modo, não podemos agora encontrar explicações para o *retorno* às atividades pluriativas internamente. Porém, também não ignorá-las. Há uma articulação de fatores num ambiente social recheado de peculiaridades históricas, sociais, econômicas e culturais (Schneider, 1994), de difícil determinação unidimensional.

3 OS CLÁSSICOS DA ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO AGRICULTOR FAMILIAR JÁ PENSARAM O FENÔMENO DA PLURIA-TIVIDADE?

A DIMENSÃO DA RUPTURA

Para dar conta dessa questão temos que passar pela mesma complexidade conceitual da pluriatividade e pensar no agricultor familiar.

Existem categorias, variáveis, conceituações, noções, parâmetros que, na sua totalidade e nas suas especificidades, mostram a dificuldade de entender o agricultor familiar no modo de produção capitalista¹¹.

¹¹No nosso caso em análise, tendo presente essa riqueza de controvérsias, a entendemos enquanto unidade de convívio, no seu processo produtivo, numa relação de parentesco que, em determinadas situações (muito raras), faz uso de mão-de-obra assalariada temporária, exposta a um mercado fragmentário e concorrencial e que produz excedentes para comercializar. No nosso caso, relações camponesas se confundem e se expressam na exploração familiar.

As abordagens que buscam dar conta desse universo sócio-econômico-cultural advêm de variantes marxistas e neoclássicas.

Algumas idéias esquemáticas e sintéticas podem ser tiradas do pensamento marxiano sobre a agricultura familiar:

- É considerada apenas como um segmento social sem muita relevância no presente; portanto, uma camada social com tendências a perder terreno. A produção capitalista subordinará a agricultura aos seus desígnios, podendo inclusive recriar formas não-capitalistas de produção, porém moldadas às suas intencionalidades.

- O capital passa a constituir uma nova sociabilidade, passa a ser a lógica que define o novo sistema social, tendo como recíproca a propriedade privada e fundiária.

- Marx direciona sua idéia na permanência da agricultura empresarial, por ser a mais rentável e mais bem inserida ao modelo presente.

Segundo Lênin (1983), a universalização do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis objetivam a desintegração (via proletarização) do camponês. Deste modo, o desenvolvimento do universo da racionalidade econômica no decorrer da história, promoveria a ruptura no modo de ser camponês.

A abordagem leninista conduz a passagem da produção agrícola à especialização, transformando o pequeno produtor em assalariado. Assinala ele que, com o desenvolvimento da economia e a elevação da composição orgânica social média, aprofunda-se a distância entre o valor da produção do camponês e o preço de produção regulada do mercado. Deste modo, a concorrência provocaria a queda nos preços, o que acabaria rapidamente inviabilizando a agricultura de base familiar, ao romper como que o nervo vital que orienta sua forma cultural de produção.

Para Kautsky (1974), a busca de trabalhos fora não é totalmente estranho ao mundo camponês. O autor já fazia referência à atividade extra-agrícola dos pequenos produtores, chamando-as de *ocupação acessória*, como *alternativa econômica suplementar*. A fragmentação das terras e a debilidade da agricultura mercantil em atender as necessidades de sobrevivência dos camponeses, faz com que esses busquem dinheiro externo, muitas vezes em detrimento de sua própria agricultura.

Kautsky (1974), na sua teoria da industrialização da agricultura, com o processo produtivo capitalista no campo e a conseqüente expansão das forças produtivas, diz que a grande exploração seria privilegiada, através da economia da força de trabalho, com emprego de máquinas, divisão do trabalho, facilidade de créditos, assessoria técnica e possibilidade de colocação comercial do

produto, em detrimento da pequena.

Quanto ao produtor familiar, além de ser um espaço de oferta de força de trabalho, a sua reprodução poderá se viabilizar tendo presente as suas características intrínsecas que se fundamentam na intensidade de auto-exploração.

A RACIONALIDADE DA FAMÍLIA

O principal expoente teórico da presente abordagem é Chayanov (1981). Para ele, o campesinato, mais que um setor social, é um sistema econômico, o qual apresenta leis próprias de reprodução e de desenvolvimento. O objetivo do trabalho na unidade familiar é a manutenção das condições da vida familiar, direcionando um certo balanceamento entre o trabalho e o consumo. A unidade familiar articula sua auto-exploração, em função de um peculiar equilíbrio entre a satisfação de sua demanda e a própria exigência do trabalho.

Ou seja, frente a um aumento de preços, as unidades familiares poderiam diminuir sua produção, dado que os retornos satisfariam as demandas. Numa situação inversa, a diminuição de preços promoveria a intensificação do esforço na produção dos limites habituais.

De uma forma esquemático-sintética, a contribuição do paradigma se dá identificando na família camponesa a tentativa de indissolubilidade entre o *ethos* de produção e a família. Em termos de rendimento, o interesse básico é a reprodução da família enquanto unidade de produção. Porém, o mercado de trabalho assalariado não deixa de ser acionado na medida em que a família necessite obter uma renda-equilíbrio; assim como, típico da família camponesa, determinadas forças marginais, internas à unidade, se movimentam no sentido de contribuir para a sobrevivência (Tepicht, 1973). Ou, em outras palavras, o pequeno camponês, pela sua impossibilidade de acompanhamento técnico na produção reduz suas necessidades internas, se submete. Enfim, essa *capacidade de sofrer* só é entendida se se tem presente o universo cultural camponês.

Chayanov (1981) viu uma possível coexistência de fatores internos de produção com a possibilidade de rendas extra-agrícolas, porém, como recurso temporário. A *industrialização da agricultura* permitiria empregos acessórios.

Na visão neoclássica de Chayanov a cerca do balanço subjetivo entre trabalho e consumo, as fontes externas de dinheiro são transitórias, não o camponês.

“... quando a terra é insuficiente e se converte num fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcional-

mente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta a atividades artesanais, comerciais e a outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família..." (Chayanov, 1981: 101).

A debilidade de fatores de produção, a divisão do trabalho e sua desproporcionalidade em termos de tarefas, sua ociosidade em determinados períodos sazonais (inverno principalmente), dentre outras, também podem ser elementos fundamentais para a opção do trabalho fora (Anjos, 1996).

No entanto, Chayanov (1981) não viu o assalariamento externo como alternativa em si mesmo, não sob a ótica da subsistência e da transitoriedade.

Inúmeros outros autores tematizam sobre o veio chayanviano, kaustkyano e marxista, defendendo o *farming part-time* como alternativa de fixação do homem ao campo, como estratégia para alimentar as migrações e os impactos negativos da modernização, como descentralização industrial, como grande possibilidade de desenvolver o *agribusiness* sob a ótica do *agri-food-system*, como fonte de renda segura para a família, dentre muitas outras atribuições.

Numa visão oposta, Franklin (1969), por exemplo, para o caso da Alemanha, fala dos *Workers-peasants* ou *part-time farmer's* como expressão transitória e desagregadora do camponês.

Franklin (1969) analisou a estruturação de pequenos proprietários (de montanhas, de áreas insípidas, vítimas da Guerra, velhos...) e mostrou que esses camponeses, através da agricultura de tempo parcial, poderiam estar e/ou passar por um estágio de transitoriedade para o capitalismo, tornando-se assalariados puros¹².

Na visão do autor, a expansão do capital não teria limites para subordinar os processos de trabalho. Outros autores já percebem que o capital urbano (no caso a indústria) não tem interesses em expropriar por completo o camponês, pois a permanência da propriedade, por mínima que seja, permite reduzir custos de reprodução da força de trabalho. A manutenção dos fatores naturais de produção do camponês (terra, trabalho e família) não é de todo ruim (Anjos, 1996).

É dessa concepção que surgiram análises, para o caso brasileiro, da chamada *industrialização da agricultura*, inserindo o camponês como *assalariado disfarçado, proprietário formal dos meios de produção, trabalhador para o*

¹² Ver uma bela discussão sobre os clássicos do campesinato e as relações familiares de trabalho externo em Schneider (1994) e Anjos (1996).

capital, etc. Malgrado os inúmeros problemas conceituais e metodológicos que daí advêm para a análise genérica da pluriatividade, a temática continua muito viva, alimentando análises acerca da industrialização da agricultura, acerca dos problemas globais de acumulação de capital, acerca da reprodução e/ou transitoriedade das unidades familiares no meio rural, do avanço do capitalismo na agricultura, acerca do mercado de trabalho, do vínculo entre o setor rural e o urbano, da racionalidade de gerenciamento econômico da unidade familiar, da relação polêmica entre família e indivíduo, etc.

Não obstante esses processos todos, há a necessidade de uma definição conceitual mais precisa, pois dessas análises implementam-se políticas de flexibilização industrial, de preservação ambiental, de aposentadoria e de remuneração no meio rural, etc., envolvendo poder público (Estado) e a iniciativa privada (empresas de diversos ramos, inclusive turísticas.).

4 QUE ASPECTOS SE DESTACAM QUANDO DA ANÁLISE DAS FORMAS PLURIATIVAS?

São raros os analistas que abordam questões sócio-econômicas ligadas à agricultura, nas últimas duas décadas, que não mencionem algo sobre o *part-time farmer's* e a pluriatividade nele constituído.

O modelo produtivista de produção implementou processos extremamente contraditórios ao definir funções, padrões e deliberações para a agricultura, principalmente em termos de custos sociais e econômicos. A pluriatividade apareceria aí *como forma de amenizar esse ônus social; permite multivariar tarefas, remunerações e funções até como resistência ao processo de especialização da atividade agrícola.*

Pelo fato de se desenhar um cenário de flexibilização e descentralização industrial, o espaço rural/agrícola passa, a partir da metade da década de 1980, ser um *locus* privilegiado dessa nova reestruturação. A diversificação e multiplicação de opções de reprodução do agricultor entra nessa dinâmica pela via do artesanato, de atividades terciárias (serviços e lazer), do trabalho assalariado temporário, de subcontratação a domicílio (via ateliês, teares, etc.) de flexibilização de processos de trabalho, interligando profundamente o rural e o urbano, ampliando a possibilidade de especialização de uma atividade não agrícola para o camponês, desenvolvendo-se local e regionalmente.

Estudos demonstram profundas alterações nos processos internos à unidade familiar como unidade produtiva e doméstica. A feminização da produção (intensificando a divisão entre gênero e trabalho), alterações no

significado de provedor (alterando formas hierárquicas internas), aprofundamento de níveis de consumo e de bem-estar (o agricultor pluriativo torna-se um bom consumidor), a propriedade também fica mais modernizada com o auxílio de renda externa proveniente de atividades não-agrícolas, manutenção, em alguns casos, da condição de camponês, porém com uma intensa sobrecarga de trabalho, articulação de empresas em espaços locais de tradição camponesa e de precariedade de sobrevivência (bloqueio fundiário, dificuldade de reprodução de força de trabalho, marginalização da mulher enquanto herdeira e em seu estatuto social de trabalhadora rural, de relações de gênero e de sua representação social), de aviltamento dos preços dos produtos agrícolas e da falta de esperança econômica.

Para o caso brasileiro, alguns estudos já se fazem presentes. Garcia Júnior (1989) para o caso do campesinato nordestino; Seyferth (1974, 1992) e Anjos (1996) para o caso de Santa Catarina; Tavares do Santos (1978) e Schneider (1994) para o caso do Rio Grande do Sul; Alentejano (1997) para o caso do Rio de Janeiro, dentre outros, fazem brilhantes análises sobre a temática; já aproximam a questão do trabalho extra-agrícola como fonte de complemento econômico e reprodução social no campo de análise do agricultor familiar na atualidade.

Não obstante a constituição da temática no campo de análise da agricultura, há uma grande variedade de processos e de relações de trabalho envolvendo a pluriatividade no meio rural; a própria noção é incipiente se for meramente transportada do caso europeu para o caso de determinados espaços brasileiros. As estratégias de reprodução e as racionalidades adaptativas dos agricultores familiares são múltiplas e diversas. O vínculo rural/urbano ganha significados diferenciados em termos de regiões (peri-urbanos, cidades grandes, pequenas e recém-constituídas, distância de mercados...).

Desse modo, os processos de organização industrial passam por canais nem sempre homogêneos, mesmo em meio aos ditames da globalização, até mesmo os mecanismos que envolvem as relações de trabalho são diferenciados. O agricultor familiar pode se desestruturar, como pode se fortalecer a partir de vínculos remunerativos externos à agricultura, dentre inúmeras outras questões (Anjos, 1996).

Em síntese, há um processo complicado em questão. Mais e mais estudos e casos específicos se fazem necessários para que o intercâmbio dos consensos e dissensos explícitos se façam presentes e nos digam algo.

Mesmo assim, alguns elementos que perpassam grande parte das análises já podem ser ditos, mesmo com variações regionais e de vínculo de relações de trabalho. Dentre eles:

- redefinição nos padrões de produção industrial e de acumulação de capital;

- dificuldade de sobrevivência do agricultor familiar frente ao modelo produtivista;
- profundo vínculo econômico, social e cultural entre urbano e rural;
- limite de estrutura fundiária, de recursos públicos de grande parte dos camponeses envolvidos;
- privilegiamento de espaços de trabalho da e para a mulher, etc.

São todos processos, nesse final de século, de alterações, rupturas e reestruturações de paradigmas econômicos e de compreensão do social, bem como de relações de trabalho que nos desafiam e nos motivam para ir a campo, para perceber, nos espaços locais e regionais, dinâmicas do genérico e movimentos em processo, o que demonstra que a agricultura familiar está bem viva, dinâmica, inserindo-se em estratégias externas e internas, redefinindo âmbitos e laços sociais.

Temos cada vez mais a convicção de que o espaço rural e o agricultor familiar (esse sempre paradigmático nas discussões e polêmicas) são o termômetro, são temas prioritários para entender os novos processos sócio-econômicos que se desenham na sociedade contemporânea.

Numa dimensão *mais interna*, apenas para ilustrar, no nosso campo de pesquisa, vimos que a pluriatividade dos agricultores e das trabalhadoras nos ateliês de bolas e tênis expressa a mobilidade e a diversidade do fator trabalho no meio rural, potencializando-o e espacializando-o socialmente. Essa combinação de atividades agrícolas com outras “pra fora” obedece a processos de divisão social, familiar e sexual do trabalho, de meios e fatores de remuneração de representações sociais consolidadas no âmbito econômico (provedor, fazer capital, preservar a agricultura como agente de produção) e cultural.

O papel da mulher é fundamental. A agricultura em tempo restrito fica condicionada à forma e aos tempos de como a mulher assume os trabalhos pluriativos no interior da família. A (ins) estabilidade desse processo vai depender de fatores remuneradores, bem como de aspectos objetivos e materiais presentes e futuros (herança, “colocação” como eles dizem, patrimônio).

Exercer atividades externas ao espaço da roça, envolvendo nelas a família, não é algo novo, porém ganha certa repercussão e começa a fazer parte do conjunto do *sistema de trabalho* do colono a partir da inserção e/ou vinculação de processos industriais difusos e/ou periurbanos da região. O interessante agora, além de sua repercussão e de sua funcionalidade estratégica (econômica e simbólica/hierárquica, papéis), é que aglutina não só mais os agricultores mais fracos, mas também os mais “bem colocados”, sendo prática integrante de suas multifunções em espacialidades e diversidades de ações e remunerações. Cidade e meio rural passam a ser mais *transpassadas* por vínculos cotidianos e

operacionais, o que, sem dúvida, vem redefinindo funções, identificações, associativismos, assistências vicinais e comunitárias, alargando referenciais de mundo e estreitando temporalidades vividas socialmente, fragmentando tempos, espaços, funções e hierarquias, intensificando e extensificando formas e relações de trabalho.

Esse processo, como um todo, possui profundas ligações com o fator terra; aliás, é ela que o dinamiza e determina clivagens temporais e/ou sazonais modernizadoras ou não. A flexibilidade de hierarquia, funções e tempos de trabalho, redefinidos em correlação ao trabalho *da* e *na* roça, está em correspondência, respeitando o horizonte da especificidade funcional, os processos de descentralização industrial e sua flexibilização em termos produtivos e estruturais, os quais ocorrem na região e em vários espaços econômicos, bem como no âmbito da força de trabalho e no papel que o emprego assume em todos os espaços da sociedade brasileira atual. As externalidades industriais bem como da colocação da força de trabalho da unidade familiar do colono, fazem parte de estratégias de espacialidades novas e rearranjos internos; no caso específico da unidade familiar, está presente também a representação social do gênero feminino e seu campo de trabalho ("pra fora", "fora" e lar) na reprodução social dessa força de trabalho.

As práticas diversas são muitas; as intencionalidades são variadas; as concepções são localizadas e contextualizadas; as formas de a pluriatividade se manifestar são variadas; o importante é que envolvem, para o nosso caso, estratégias e racionalizações adaptativas que se (re)constroem a partir e por uma experiência que se reconstitui na ação, envolvendo forças e desejos econômicos, culturais, sociais e familiares em seu conjunto.

O fator terra, se não é materilizado objetivamente na ação, é condutor, indutor e reproduzidor de ações que pertencem à pluriatividade, seja enquanto *subsídio* interno, enquanto redução da presença da força de trabalho nela, enquanto limite e unidade de patrimônio. As suas variações e quantidades são profundamente racionalizadas no âmbito da produção e reprodução física, social e cultural do *ethos de colono*, envolvendo a família, sua regulação redefinida em termos hierárquicos de difícil externalização futura, as estratégias de mobilidade espacial das empresas, os processos de trabalho informais, bem como o estudo urbano e a saída definitiva de jovens da unidade familiar, o que reduz a presença constante e sistemática da força de trabalho na roça.

Esses processos são concretos e redefinem ações, assim como determinados âmbitos da produção agroindustrial sofrem interferências de movimentos de reorganização do capital e do mercado. Uma coisa é certa: a terra, por mais que seja limitada, é extremamente importante. É ela o ponto central e nevrálgico dos

que saem, dos que ficam e dos que saem e ficam, como é o caso das *colonas-operárias* e de jovens que experienciam trabalhos externos e depois, e/ou sazonalmente, retornam.

A cidade não é pensada como espaço da organização da vida futura, mesmo que seja considerada por alguns como absorção da última e única forma de vida que sobra, como *flexibilização* (em moda) de seu acervo cultural, *abrindo-se para o mundo* no sentido de uma negatividade de referenciais sociais de vida.

Como o processo mercantil é móvel e os processos sociais em geral também, os papéis e os sujeitos passam também a propor, induzir, conduzir e se adaptar às *situações objetivas* (Thompson, 1981). Se o cotidiano impõe seu perfil de vida, também transpassa e é atravessado por movimentos, alterações e temporalidades da sociedade em geral, o que faz com que essa dimensão compatibilize as exigências subjetivas com processos e implicações macroeconômicas e sociais.

A experiência vivida em situações e relações produtivas determinadas, no caso dos agricultores pluriativos, está no âmbito da necessidade e dos antagonismos de seu estatuto social, de sua consciência e cultura; é uma experiência consciencial que age sobre um conjunto de relações sociais herdadas e modeladoras de experiências e formatos culturais. O espaço de trabalho das mulheres, seu vínculo social, seu papel de esposa e mãe, a carência econômica, a mobilidade, interesses, desejos e individualidades articulam sentimentos, formas simbólicas de dominação e resistências, ideologias e regras visíveis e invisíveis peculiares a determinados estratos e grupos sociais.

No dizer de Thompson (1981) as pessoas experimentam sua experiência como sentimento e, na cultura, lidam com esses sentimentos como normas, como valores e reciprocidades, como obrigações familiares e de parentesco. Dessa maneira, as formas como a experiência trata os momentos cotidianos definem os parâmetros de sua cultura. Cultura e experiência redefinem o *ethos de colono*; articulam diferentes representações sobre a experiência vivida e se apresentam nas ações da realidade material. O trabalho dos agricultores pluriativos e o seu papel na construção da identidade de gênero constroem matrizes discursivas e simbólicas produzidas no jogo das relações do vivido cotidiano. Isso tudo também está presente na intencionalidade das multifunções que envolvem o *sistema de trabalho* da unidade familiar, demonstrando vetores e interesses mais amplos; há uma circularidade intencional econômica e cultural que se dinamiza nesse processo de trabalho pluriativo. O desafio está em apreendê-la em sua dinâmica presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- ALENTEJANO, P. R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997 (dissertação).
- ANJOS, F. S. dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Ufpel, 1996.
- ASSOCIATION RURALISTE FRANÇAISE (ARF). *La pluriactivité dans les familles agricoles*. Paris: A.R.F., 1984.
- BANASCO, A. *Tre Itália. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BÉTEILLE, R. *La crise rurale*. col. Que sais-je? Paris: PUF, 1994.
- BONNY, S. La standartisation technologique en agriculture. *Economie Appliquée*, tomo XLVI, n. 1, Grignon, p. 75- 100, 1994.
- BRUSCHINI, C. Trabalho domiciliar masculino. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 269, p. 35 - 38, 1993.
- CARNEIRO, M. J., *Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?* Rio de Janeiro, CPDA, s/d (texto para discussão).
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1981.
- CHAPUIS, R. *Les ruraux français*. Paris: Masson, 1986.
- COURLET, C. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). *Ensaio FEE*, ano 14, n. 1, Porto Alegre, p. 9 - 25, 1993.
- DELORD, B. e LACOMBE, P. Les agriculteurs dans la société. KAISER, B. (Org.) *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Colin, 1996.
- EIZNER, N. *Les paradoxes de l'agriculture française*. Paris: L'Harmattan, 1983.
- EIZNER, N., HERVIEU, B. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan, 1979.
- ETXEZARRETA, M. (Org.). *Cambio rural en Europa. Programa de investigaciones sobre las estructuras agrarias y la pluriatividade*. Montpellier: Arkleton Research, 1987.

- FRANKLIN, S. H. *The European peasantry: the final phase*. London: Methuen, 1969.
- GARCIA JÚNIOR, A. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GERBAUX, F. *Le problème de l'entrepreneur rural en montagne*. Paris: BTI, 1988.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUBSCHER, R. (Org.). *Entre faucilles et marteaux*. Lyon: PUL, 1988.
- KAISER, B. *La renaissance rurale*. Paris: A. Collin, 1989.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1974.
- LAMARCHE, H. La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés? In: A.R.F., op. cit., p. 195 - 202.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- LIMA, A. V de. A agricultura de tempo parcial em Portugal. *Análise Social*, v. XXII (91), Lisboa, 1986, p. 371 - 379.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. Rio de Janeiro: Nobel, 1988.
- LOVISOLO, H. R., *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Unicamp, 1989.
- PERNET, P. *Résistances paysannes*. Grenoble, PUG, 1982.
- RATTIN, S. De la condition paysanne au métier d'agriculteur. *Agreste- Cahiers*, Paris, n. 9, p. 3- 13, oct. 1996.
- SEBILLOTTE, M. *Les mondes de l'agriculture: une recherche pour demain*. Paris: INRA, 1996.
- SCHNEIDER, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Campinas: IFCH/UNICAM, 1994 (dissertação).
- _____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países de capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, vol. 24, n. 3, Campinas: ABRA, p.106 - 131, set./dez., 1994.
- _____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, ano 16, n. 1, p. 105 - 129, 1995.

- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí - Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, Rio de Janeiro, p. 78 - 95, 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V., *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- TRACY, M., *L'État et l'agriculture en Europe Occidentale: crises et réponse au cours d'un siècle*. Paris: Economica, 1986.
- TEDESCO, J. C. A agricultura e a globalização: a experiência francesa na década de 1990. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, n. 9, ano 5, UPF, p. 27-50, 1997.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture*. Paris: Armand Colin, 1973.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VAKALOULIS, M. L'ère de l'accumulation flexible: *volatisation* du capital et précarisation massive du travail. *L'Homme et la Société*, n. 109, Paris: L'Harmattan, juillet-september, 1993.
- VILLANI, P. *La pluriattività negli spazi rurali: ricerche a confronto*. Milano: Silvana Editoriale, 1990.
- WANDERLEI, M. N. B., *A diferenciação social como objeto de pesquisa*. Texto apresentado no XV encontro do PIPSA, Rio de Janeiro, 1990.